



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO NO CAMPO  
CURSO DE TECNOLOGIA SUPERIOR EM GESTÃO PÚBLICA**

**HUMBERTO CARNEIRO MONTE**

**TERCEIRO SETOR / COOPERATIVISMO:  
Desenvolvimento local, um estudo de caso da CAMIS**

**SUMÉ - PB  
2013**

**HUMBERTO CARNEIRO MONTE**

**TERCEIRO SETOR / COOPERATIVISMO:  
Desenvolvimento local, um estudo de caso da CAMIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Unidade de Educação do Centro de Desenvolvimento Sustentável, sob orientação do(a) Prof. Msc. Luiz Antonio Coêlho da Silva.

**SUMÉ – PB  
2013**

M772a Monte, Humberto Carneiro.  
Terceiro setor / Cooperativismo:  
Desenvolvimento local, um estudo de caso da CAMIS.  
/ Humberto Carneiro Monte. - Sumé - PB: [s.n], 2013.  
36 f; il.

Orientador: Professor MSC. Luiz Antônio Coêlho da Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo) – Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Unidade Acadêmica de Educação do Campo; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

1. Terceiro Setor. 2. Cooperativa. 3. Gestão Pública.  
I. Título.

CDU: 35:334.73(045)

**TERCEIRO SETOR / COOPERATIVISMO:  
Desenvolvimento local, um estudo de caso da CAMIS**

Artigo científico apresentado ao Curso Superior em Gestão Pública da Unidade de Educação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Mestre Antônio da Silva Campos Junior

---

Prof<sup>a</sup>. Mestra Patrícia Trindade Caldas

---

Prof. Mestre Luís Antônio Coelho da Silva

Aprovada em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

## RESUMO

Considerando as políticas públicas realizadas pelo Terceiro Setor como um conjunto de diretrizes e procedimentos que envolvem o poder público, a sociedade e o mercado, e que este setor tem cada vez mais relevância no contexto social, em nosso país e no mundo, apresenta-se como uma alternativa para a resolução de alguns problemas sociais. Este trabalho tem como objetivo geral analisar as condições em que foi implantada a Cooperativa Agrícola Mista dos Irrigantes de Sumé (CAMIS). Buscou-se esclarecer as razões da ascensão, queda e reabertura da CAMIS, assim como a opinião dos seus associados sobre os destinos e importância desta entidade para a execução de suas atividades. Este estudo se classifica como descritivo e exploratório, com análise bibliográfica. Foi feito através de análise qualitativa, por meio da aplicação de questionário. Os resultados obtidos revelam o impacto positivo que a Cooperativa produziu nas atividades dos Cooperados e no Município de Sumé – PB. No entanto, a dependência dos colonos por uma única fonte de recursos hídricos e os anos seguidos de seca estagnaram a produção e com ela a única fonte de recursos da Cooperativa, provocando o encerramento de suas atividades. Conclui-se que a Cooperativa, foi de fundamental importância para o desenvolvimento do Perímetro Irrigado de Sumé, dos seus colonos e para Sumé, como mecanismo de desenvolvimento, social sustentável, se fazendo necessária a diversificação da oferta de recursos hídricos, a profissionalização administrativa e convênios com a UFCG/CDSA, *Campus* de Sumé, e a mútua cooperação com os gestores públicos municipais, se fazendo necessários estudos futuros.

Palavras Chave: Terceiro setor. Cooperativa. Gestão pública.

## ABSTRACT

Considering the policies conducted by the Third Sector as a set of guidelines and procedures involving the government, society and the market, and that this sector is increasingly relevant in the social context in our country and the world, presents itself as an alternative to solve some social problems. This paper aims at analyzing the conditions in which it was deployed to the Joint Cooperative Agricultural Irrigators of Sumé (CAMIS). We sought to clarify the reasons for the rise, fall and reopening of CAMIS, as well as the views of its members on destinations and importance of this entity to perform its activities. This study is classified as descriptive and exploratory, with literature review. Was done through qualitative analysis, through a questionnaire. The results show the positive impact that produced in the activities of the Cooperative Cooperative and the City of Sumé - PB. However, the dependence of the colonists by a single source of water resources and years of drought followed stagnated production and with it the only source of funds of the Cooperative, causing the closure of its activities. We conclude that the Cooperative, was of fundamental importance to the development of the Irrigation Sumé, its settlers and Sumé as engine development, social development, making it necessary to diversify the supply of water resources, administrative and professional agreements with UFCG / CDSA, Campus Sumé, and mutual cooperation with the municipal administrators, if necessary making future studies.

Key words: Third sector. Cooperative. Public management.

## 1 INTRODUÇÃO

O Terceiro Setor é um campo e um conceito recentes, resultado de uma composição de entidades de cunho social e instituídas em diversas formas como: associações, fundações, cooperativas, etc., onde segundo Caetano (2002, p.17 *apud* Oliveira p.9), “Cada pessoa dá de si para a comunidade, otimizando o bem estar desta e, portanto, otimizando os interesses pessoais de cada indivíduo”. Hoje este setor que vêm sendo objeto de inúmeras discussões, por ocupar o espaço existente entre o Setor Estatal e o Mercado abrigando as instituições jurídicas, de direito privado, sem fins lucrativos objetivando através dos seus subconjuntos a inserção social, auxiliando o Estado na execução das atividades socialmente relevantes.

Diante destes fatos, este trabalho tem como tema central explorar um dos subconjuntos do Terceiro Setor (o Cooperativismo), através de um estudo de caso sobre a Cooperativa Agrícola Mista dos Irrigantes de Sumé (CAMIS), cujo objetivo geral é verificar qual a importância da criação da CAMIS, para os colonos do Perímetro Irrigado de Sumé (PIS). Quanto aos objetivos específicos estes consistem em realizar uma análise do contexto social, em que esta cooperativa foi fundada, além de relatar a trajetória desde a sua criação até os dias de hoje, suas características e avaliar o conceito dos Cooperados com relação aos destinos e atividades desenvolvidas pela Cooperativa.

Consideramos que o estudo ora proposto tem sua relevância no meio acadêmico pelo fato de haver poucos trabalhos nesta área destinados a realizar um levantamento histórico e analítico das entidades que atuam neste setor e que desenvolvem suas ações na Região do Cariri ocidental do Estado da Paraíba, a partir desta constatação argumentamos que o problema central a ser respondido pelo estudo é: quais os benefícios que a criação da CAMIS proporcionou aos seus sócios, quais as consequências de seu fechamento e como ela poderá auxiliar os colonos do PIS, na retomada de suas atividades produtivas, assim como impacto causado no contexto social do Município de Sumé.

Para que este estudo de caso fosse bem sucedido se fez necessária uma pesquisa descritiva, baseada estudos bibliográfico. Para tanto, foram utilizadas publicações sobre o assunto, como livros, artigos, dissertações, assim como *sites*, além da análise de documentos existentes nos arquivos da Cooperativa.

Todavia, para avaliar o conceito dos associados quanto a Cooperativa foi aplicado um questionário pelo método de amostragem com perguntas fechadas, oferecendo ao

mesmo tempo ao entrevistado a possibilidade de justificar as suas respostas em espaços reservados para este fim, além da presença do pesquisador em assembleias da Cooperativa que porventura vierem a se realizar durante a execução deste estudo como com o único intuito de observar como as discussões e tomadas de decisão ocorrem , assim como análise de conversas informais dos associados, com anotações em seu diário de campo.

Sendo assim, este trabalho está estruturado da seguinte forma: introdução, referencial teórico, metodologia, apresentação do estudo de caso com análise de resultados, considerações finais e referências.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

Para que se entenda melhor qual é o significado das organizações inseridas no Terceiro Setor na economia atual se faz necessário realizarmos um levantamento sobre a evolução deste setor através dos tempos, e quais teriam sido os motivos da sua inserção como meio de articulação entre Mercado, Estado e Sociedade.

### 2.1 TERCEIRO SETOR: ELEMENTOS HISTÓRICOS

Pode-se visualizar ainda na pré-história aquilo que seria o embrião do hoje chamado Terceiro Setor quando os seres humanos que viviam no período Paleolítico associavam-se em grupos pouco numerosos para conseguirem alimentos e se defenderem. Esse período foi assim definido por Moraes (2010, p. 2):

[...] na Pré-história, para garantir sua sobrevivência, o homem teve de aprender a cooperar e a se organizar socialmente. Da eficiência dessa cooperação dependia sua sobrevivência. Com o início das aglomerações humanas, na pré-história, o homem iniciou, ainda que, embrionariamente, uma organização social[...].

Uma das consequências dessa organização primitiva foi que séculos mais tarde já na Baixa Idade Média o trabalho já era realizado pelo agricultor e sua família. A partir do século XVIII fatos como a Revolução Comercial e a acumulação primitiva de capital aceleraram o processo de migrações do campo para a cidade, o que intensificou o crescimento da população urbana e contribuiu para a formação de uma nova classe social, a operária. Os operários eram submetidos a condições desumanas de trabalho, como: carga-horária extensa, muitas vezes extrapolando 12 (doze) horas diárias, baixa remuneração, utilização de mão de obra infantil com remunerações ainda inferiores a dos adultos, alimentação de péssima qualidade e condições insalubres de moradia (DRIMER, DRIMER, 1981, *apud* FREDERICO 2008, p 21).

Neste cenário de crise surgiram no seio da classe operária, lideranças que criaram grupos (associações) de caráter assistencial; contudo estas “associações” não prosperaram. Algum tempo depois e utilizando-se destas experiências eles buscaram novas maneiras de união chegando ao consenso de que com uma organização em forma de cooperativa poderiam superar as dificuldades iniciais desde que fossem respeitados os valores do ser humano, criadas e obedecidas regras, normas e princípios próprios.

Hoje as entidades que integram o terceiro setor são uma saída viável para a solução de problemas gerados por conta da ausência do aparelho estatal e dificuldades impostas pelo capitalismo.

## 2.2 DENOMINAÇÃO E CONCEITO DE TERCEIRO SETOR

De acordo com Albuquerque (2006, p. 18), a denominação “Terceiro Setor”, trata-se de uma tradução livre do termo em inglês *Thrid Sector*. Este termo é utilizado em países como os Estados Unidos, quando se referem a Organizações sem Fins Lucrativos (*Non Profit Organizations*), ou ainda, como referência ao setor voluntário (*Voluntary Sector*). Já na Inglaterra utiliza-se a expressão “*Charities*” (caridade), este termo tem origem medieval e nele é ressaltado o aspecto religioso das ações comunitárias, enquanto que na Europa Continental sobressai a expressão Organizações Não Governamentais ou “*NGOs*” (ONGs em português). Assim, apesar de ter surgido com mais ênfase na Europa foi nos Estados Unidos que a denominação Terceiro Setor foi aplicada a este tipo de atividade.

Desta forma, as ideias que compunham este novo setor valorizavam os atos de solidariedade e as ações que traziam benefícios para a comunidade, por isto, a realidade de sua conceituação está no processo de desenvolvimento da maneira como ele é compreendido, ou como afirma Oliveira (2005, p. 17):

[...] a característica inerente ao homem de agrupar-se em sociedade possui, como qualidade intrínseca, o simbiótico relacionamento entre a vocação e a necessidade de ajuda mútua como partes de uma mesma ação. Essa qualidade teve seus aspectos alterados á medida que a sociedade evoluiu em seus relacionamentos interpessoais.

Ou seja, por conta desta evolução é indispensável identificar como estas organizações da sociedade civil se manifestam, se diferenciam e se relacionam na malha social, sendo necessário que seja realizado o levantamento de todas as informações pertinentes para unificar o sentido e o seu significado. Assim, o Terceiro Setor abrange as ações públicas que, fora do domínio estatal, passam a ser realizadas por organizações da sociedade civil, surgindo assim as ações da iniciativa privada com fins públicos, cujo objetivo é o de tentar solucionar as grandes questões do mundo, dentre as quais podemos citar: a pobreza, a violência, a poluição, o analfabetismo, o racismo, etc.

As organizações que fazem parte do Terceiro Setor se tornaram instituições que hoje contam com um grande potencial de representatividade, e são vistas como legítimas representantes dos interesses da sociedade civil.

Quanto à questão conceitual do Terceiro Setor, não há um consenso por parte daqueles que pesquisam o assunto (embora as opiniões não sejam muito divergentes); havendo assim diversas definições, dentre elas pode-se citar a de Fernandes (1994, p.21), para quem o Terceiro Setor é:

[...]um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos. Este é o sentido positivo da expressão. “Bens e serviços públicos”, nesse caso, implicam uma dupla qualificação: não geram lucros e respondem a necessidades coletivas.

Já para Junqueira, (2002, p.104), o Terceiro Setor “são organizações públicas privadas, porque estão voltadas não à distribuição de lucros para acionistas ou diretores, mas para a realização de interesses públicos; entretanto, estão desvinculadas do aparato estatal”.

Portanto, estas ideias nos dão a visão de que o Terceiro Setor é mais do que uma definição abrangente, ele não é apenas uma soma de ideias e ações com características próprias, mas principalmente um aglomerado de organizações que se destacam do Primeiro e Segundo Setores, por ser um conjunto de valores que privilegia a iniciativa individual, a ajuda mútua e a solidariedade, sem deixar de levar em consideração os aspectos institucionais e econômicos, cujo reconhecimento e autonomia ainda estão em construção diante dos demais setores e da sociedade em geral.

De acordo com Decicino, (2009, p. 1), as organizações que exercem atividades ligadas ao Terceiro Setor ocupam em torno de 5% dos postos de trabalho oferecidos a nível mundial. Observa-se, no entanto, que em países como a Holanda, a ocupação chega a aproximadamente 12%, e quando falamos em números absolutos estes envolvem cerca de 35 milhões de pessoas, sendo 20 milhões de funcionários remunerados e outros 15 milhões de voluntários espalhados ao redor do planeta. Ainda seguindo nesta linha, nos países mais desenvolvidos, as ações dessas entidades chegaram a beneficiar, no decorrer da década de 1990, em torno de 250 milhões de habitantes. Nestes países o Terceiro Setor movimentava em torno de 6% do produto interno bruto (PIB) e emprega 12 milhões de pessoas segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU).

### 2.3 TERCEIRO SETOR NO BRASIL

Nos princípios da filantropia e da caridade religiosa são encontradas as bases do Terceiro Setor no Brasil. As ações realizadas pelas primeiras organizações da sociedade civil (Santas Casas de Misericórdia) remontam a meados do século XVI, e algumas destas organizações encontram-se atuantes até os dias de hoje, pois de acordo com Mckinsey & Company, (2001, p. 13 apud LOPES, p. 1), “Ricos filantropos sustentavam os educandários, os hospitais, as santas casas, os asilos e demais organizações que foram fundadas a partir do século XVIII.”, portanto, inicialmente se tinha a manutenção de várias instituições por pessoas ricas com um senso de solidariedade e de preocupação com o próximo. Ou, como afirma Cabral (2007, p.56 apud Silva 2009, p.5), para quem a atuação direta do Estado na área social era mínima e o atendimento às camadas carentes da população,

[...] apoiava-se em um modelo importado pelas Casas de Misericórdias portuguesas, de iniciativas caritativas e cristãs, que tratavam a questão social como de resolução da sociedade, mediante a criação de asilos, educandários e corporações profissionais. [...] Nessa origem está a primeira Santa Casa de Misericórdia fundada em Santos por Brás Cubas, em 1543, e a primeira doação voluntária que consta do testamento da senhora Isabel Fernandes que, em 1599, dizia: “Deixo à Misericórdia mil réis”.

Como se pode observar os registros sobre o Terceiro Setor em nosso País remontam ao período colonial, mesmo que ainda como forma incipiente das organizações atuais, entretanto, é importante enfatizar que o perfil de uma significativa parcela de entidades como ONGs e iniciativas de empresas com ações embasadas no conceito da cidadania participativa, é extremamente recente.

Desta maneira e por atuar no vácuo entre o Primeiro e o Segundo Setores, o Terceiro, passou a ser considerado estratégico nas relações econômicas e sociais de todo o país, pois o Estado (primeiro Setor), oferece poucas possibilidades para resolver as questões sociais e preocupa-se mais nas intervenções econômicas para evitar crises econômicas, já as empresas privadas, chamadas de Segundo Setor, priorizam a racionalidade econômica, sem considerar a área social, enquanto que o Terceiro Setor que surgiu no início da década de 90 e é composto por organizações não governamentais, sem fins lucrativos, que atuam na área social, e que se utilizam tanto de recursos públicos, quanto de recursos privados em benefício público, Silva (2007).

Com estas afirmações pode-se dizer que com o Estado voltado para o controle econômico e o mercado com o pensamento na racionalidade dos lucros, o Terceiro Setor aparece como a única solução viável para o atendimento das questões sociais. A importância deste setor aumentou ainda mais quando o Estado passou a ver e ter a necessidade de parceiros para realizar políticas sociais que eram de sua competência e responsabilidade, a ponto de corresponder às expectativas dos cidadãos. O mercado por sua vez assimilou que essa situação também era de sua responsabilidade e que pouco contribuía no amplo contexto das relações de desenvolvimento social.

### **2.3.1 Ordenamento sócio-político e ascensão das organizações do terceiro setor no Brasil**

Segundo Martins (2007, p, 1- 2), o ordenamento sócio-político dos Três Setores no Brasil é definido da seguinte forma: No primeiro setor estão classificadas as pessoas jurídicas de direito público e privado, ou seja, o Estado (união, estados, distrito federal e municípios), tanto na administração direta como na indireta (autarquias, empresas públicas, empresas mistas controladas direta ou indiretamente pelo governo, etc.), ou seja, é o universo da máquina estatal. Já no segundo setor é aonde encontramos classificadas as pessoas jurídicas de direito privado com fins lucrativos, são as entidades (empresários, empresas industriais, comerciais e prestadoras de serviços, etc.) que objetivam auferir e distribuir lucro entre seus sócios e investidores capitalistas. E no Terceiro Setor estão classificadas as pessoas jurídicas de direito privado. São entidades que não são estatais nem empresariais, são constituídas sob as formas de associações, fundações, centros, grupos, institutos, etc.

Em que pese alguns estudiosos considerarem que o Terceiro Setor é uma área relativamente nova. Podemos ver que já a partir de meados da segunda década do século passado este Setor passou a ter grande representatividade no Brasil, ocupando uma posição de destaque nas demandas sociais, já que o Código Civil de 1916 (Lei n.º 3.107, Art. 16), contemplava em alguns tópicos a regulamentação sobre a forma de registro das organizações e de associações civis e fundações, definindo ainda que o Ministério Público seria o responsável por estas perante os interesses da sociedade.

Em 1999 foi criada a Lei 9.867, esta Lei dispõe sobre o funcionamento de um dos segmentos do Terceiro Setor, ou seja, as Cooperativas Sociais, estas são constituídas com o propósito incluir as pessoas que se encontram em desvantagem no mercado

econômico, por meio do trabalho, fundamentadas no interesse geral da comunidade em promover a pessoa humana e a integração social dos cidadãos. Segundo esta Lei, incluem-se entre as atividades das Cooperativas Sociais: a organização e gestão de serviços sócio-sanitários e educativos e o desenvolvimento de atividades agrícolas, industriais, comerciais e de serviços.

## 2.4 COOPERATIVISMO

Dentre as diversas organizações e entidades sem fins lucrativos que atuam sob a guarda do Terceiro Setor, identificamos as que são denominadas de Cooperativas, que são o objeto fundamental deste trabalho. No Brasil, este termo é definido pela Lei 5.764/71 (Estatuto do Cooperativismo Nacional), Art 4º, como “uma sociedade de forma e natureza jurídica próprias, não estando sujeitas à falência e orientada à prestação de serviços aos associados”. Ou seja, existe uma grande preocupação pela melhoria da qualidade de vida dos associados.

### 2.4.1 O início do cooperativismo e os seus princípios

Como forma de atenuar os problemas sociais e econômicos provocados pelo advento da revolução industrial, e depois de diversas tentativas frustradas, que segundo Pinho (1977), *apud* Passos, (2008, p, 12) “muitas experiências não obtiveram sucesso devido às condições políticas desfavoráveis e, principalmente, pela forma como as cooperativas eram criadas”. A primeira cooperativa de sucesso surgiu em *Rochdale* (distrito de *Lancashire*, na Inglaterra), no dia 24/12/1844, depois de uma greve fracassada dos trabalhadores do setor têxtil, devido às iniciativas próprias de 28 (vinte e oito) tecelões, que buscavam um meio de melhorar suas condições sociais e econômicas.

Segundo Souza (1990, p. 8) esta cooperativa:

[...]nasce com uma admirável capacidade de sobrevivência. Dos empreendimentos anteriores — que se frustraram por não disporem, na prática, de métodos seguros de organização e funcionamento — a nova sociedade aproveita as experiências e os princípios. A novidade é uma administração com métodos calcados no bom senso.

Esta iniciativa acertou em pontos nos quais as anteriores haviam falhado, quando sua organização optou pela formulação de normas estatutárias que regiam seu funcionamento e que foram baseadas em princípios.

Para Miranda *et al* (2005, p, 7), estes princípios cooperativistas, mesmo que atuais e aperfeiçoados para melhor adaptação à realidade sócio econômica, não diferem muito de sua concepção original e são estabelecidos em 7 (sete) pontos, quais sejam:

- Adesão voluntária e livre: garantia da ausência de qualquer tipo de discriminação na composição do quadro social;
- Gestão democrática: garante o caráter representativo da sociedade, já que assegura o direito de voto igualitário entre todos os cooperados, independente do número de cotas;
- Participação econômica dos membros: corresponde à formação do capital da entidade que é controlado a partir das decisões tomadas por todos os cooperados em assembleia;
- Autonomia e independência: este é o princípio fundamental para a manutenção do caráter social da instituição, por exigir a aprovação dos cooperados para qualquer tipo de acordo com as outras organizações;
- Educação, formação e informação: proporciona que recursos sejam destinados para a educação, formação dos membros e para a divulgação das vantagens cooperativas;
- Intercooperação: incentivo ao intercâmbio com outras entidades cooperativas;
- Interesse pela comunidade: imposição de execução de ações que objetivem o bem-estar comunitário.

Hoje e com base nestes princípios as Cooperativas se configuraram como uma das poucas soluções que os pequenos empreendedores têm para o enfrentamento de um mercado globalizado e cada vez mais competitivo.

Em 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas contemplou o cooperativismo no Art. 20<sup>a</sup> de sua Declaração Universal dos Direitos Humanos que tem o seguinte texto: "Toda a pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação". Por ser uma resolução, a Declaração não tem efeito vinculativo, e apesar das opiniões divergentes, sua aplicabilidade como parte do Direito Internacional consuetudinário não é contestada.

## 2.4.2 Cooperativismo no Brasil

No Brasil, em que pese relatos que remontam ao ano de 1610, com a fundação das primeiras reduções jesuítas, é a partir de 1847 que tem início o movimento cooperativista no País, neste ano o médico francês Jean Maurice Faivre, que era seguidor das ideias reformadoras de Charles Fourier, se uniu a um grupo de imigrantes europeus, e fundou com bases cooperativas a colônia Tereza Cristina no Estado do Paraná (MADOENHO, 2011). Esta organização apesar de ter sobrevivido por pouco tempo, é considerada como o embrião de formação do cooperativismo, tendo sido a partir dela que começaram a aparecer no Brasil as primeiras sociedades com a denominação de Cooperativas, afirmação esta corroborada por Pinho (2004) citado por Woloszyn, *et al* (2010, p. 12):

As informações atualmente disponíveis indicam que a história do cooperativismo formal no Brasil começa de fato, com a fundação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em 27 de outubro de 1889, é a mais antiga cooperativa que se tem relato no Brasil.[...].

A partir destes fatos com a chegada de imigrantes europeus no início do século XX e com a crescente e conseqüente necessidade de solucionarem seus problemas, principalmente de consumo, e de crédito para a produção, assim como de educação. Estes imigrantes criaram organizações comunitárias, dentre outras podemos citar a Cooperativa de Crédito Agrícola, fundada em Dezembro de 1902, denominada Caixa Econômica e Empréstimos *Amstad*, “com intuito de reunir poupanças das comunidades de migrantes e colocá-las a serviço de seu próprio desenvolvimento” (Schardong, 2002, *apud* Silva, Ratzman, 2012, p 11-12), por imigrantes alemãs na Vila Imperial, hoje Nova Petrópolis-RS. Em 1908 os descendentes e imigrantes italianos fundaram a Cooperativa Agrícola de Rio Maior (Cooperprima), no Município de Urussunga em Santa Catarina.

Hoje no Brasil as cooperativas estão distribuídas em três áreas de atuação que são: Produção, Consumo e Crédito, e conforme dados da COOPERTRADIÇÃO (2013), estas entidades estão classificadas nos seguintes ramos: agropecuário; consumo; crédito; educacional; especial; habitacional: infraestrutura; mineral; produção; saúde; trabalho; transporte; turismo, lazer e outros.

### 3 METODOLOGIA

Considerando que o trabalho ora proposto tem relevância por trazer sua contribuição a sociedade com informações sobre a atuação de um dos subconjuntos do Terceiro Setor e ainda com o intuito de dar sustentação teórica para este estudo, foi utilizada inicialmente como ferramenta e instrumento de obtenção de informação o recurso da pesquisa bibliográfica e documental realizada através da leitura de atas, livros, artigos acadêmicos, monografias, e *sites* na *internet*. Nesta fase da pesquisa o estudo foi direcionado a autores com trabalhos na área.

Assim, segundo Mattos (2011, p. 34):

As técnicas de pesquisa (ou se preferirem, os métodos de pesquisa) podem ser vistas como modos de construção de argumentos. Ou seja, elas são procedimentos que visam convencer alguém acerca de algo. Há uma série de regras metodológicas, ou melhor, regras e normas que regem (ou devem reger) a aplicação dessas técnicas.

Desta maneira e por se tratar de um trabalho que visa realizar um levantamento histórico sobre as circunstâncias em que foi fundada a Cooperativa Agrícola Mista dos Irrigantes de Sumé (CAMIS), relatando sua atuação até os dias atuais, assim como avaliar a percepção dos cooperados.

O trabalho proposto caracteriza-se como um estudo de caso que utilizou uma pesquisa descritiva a partir da análise de documentos com o apoio de uma abordagem qualitativa que terá suporte em um questionário (Apêndice A).

De acordo com Fonseca e Ribas (2008, p. 5), “quando nos decidimos a pesquisar é preciso chegar a um determinado lugar, previamente proposto. Para tanto, o pesquisador deve escolher e usar as alternativas mais adequadas ao seu trabalho”. Com base nesta premissa e buscando o maior número de dados possíveis, se fez necessário a realização de uma pesquisa descritiva e documental através da análise do material existente no acervo da CAMIS. Esta análise foi realizada em duas fases, uma divisão que se tornou necessária em vista da ascensão, declínio (encerramento de suas atividades) e reabertura da Cooperativa, objeto de estudo e até como forma de esclarecer os fatos em que estas fases ocorreram.

Quanto ao tipo de abordagem é considerada qualitativa visto ser composta de um questionário com 14 (quatorze) questões fechadas e abertas que visam avaliar itens como: conhecimento, compromisso, percepção e satisfação dos atores envolvidos (associados da Cooperativa Agrícola Mista dos Irrigantes de Sumé - CAMIS), e foi aplicada pelo método

de amostragem a 10 (dez) indivíduos, em seus locais de trabalho e/ou residências e que foram escolhidos aleatoriamente (sem direcionamento para antigos e novos sócios). Sendo que este número de indivíduos corresponde a aproximadamente a 50% (cinquenta por cento) do universo de cooperados. Portanto, os dados obtidos através destes questionários foram tabulados manualmente e seus resultados estão expostos e analisados, além da utilização como fonte de informação de entrevista não estruturadas com os cooperados (conversas informais), além de serem anexadas fotos a este trabalho.

## **4 ANÁLISE DE RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 O MUNICÍPIO DE SUMÉ - PB**

O Município de Sumé está localizado no antigo Sertão dos Cariris Velhos, hoje denominado Cariri Ocidental, onde predomina a vegetação de Caatinga, sendo o clima tipicamente semiárido, caracterizado pela baixa ocorrência de chuvas (média de 500 mm/ano), apresenta uma temperatura média anual em torno de 27° graus, tendo alcançado sua emancipação em 1951, com altitude de 500 metros acima do nível do mar, e encontra-se à 265 Km. da capital da Paraíba, João Pessoa. A sede do Município é cortada pela BR-412 a altura do Km 108, e ainda segundo dados do IBGE (2010), possui uma área de 838,058 km<sup>2</sup>, contando com uma população de 16.060 habitantes com densidade de 19,18 hab./km<sup>2</sup>.

### **4.2 HISTÓRICO DO AÇUDE PÚBLICO DE SUMÉ DO PERÍMETRO IRRIGADO E SUA OCUPAÇÃO**

Como forma de contornar os efeitos das secas que sazonalmente assolavam (e ainda assolam) a Região Nordeste, o Governo Federal pôs em prática em meados do século passado a construção de açudes públicos com a intenção de dar segurança hídrica à população residente nesta região.

Foi com esta medida que entre os anos de 1957 e 1962 foi construído pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), no Município de Sumé o Açude Público, com uma capacidade de armazenamento inicial de 45 milhões de m<sup>3</sup>, sua

bacia hidráulica ocupa uma área de 1.396,58 hectares, enquanto a hidrográfica tinha uma área de 856,25 km<sup>2</sup>. Em alguns anos mais tarde, entre 1970 e 1976, foi implantado pelo DNOCS o Perímetro Irrigado de Sumé (PIS), com uma superfície irrigável de 273 hectares.

Este perímetro ainda hoje é formado por 51 (cinquenta e um) lotes agrícolas, sendo que à época 04 (quatro) deles eram considerados impróprios para o plantio, por conta do alto teor de salinidade do solo, quanto aos demais, 47 (quarenta e sete) lotes, compunham uma área própria para o plantio, que tinha a sua disposição toda uma estrutura de irrigação por gravidade (canal principal, canais secundários e drenos), assim como de uma parte chamada de área seca; nesta área o colono podia criar animais e assim diversificar a sua fonte de renda, podendo ainda, utilizá-la no inverno para o plantio de culturas pertinentes a estação, principalmente milho e feijão.

Como forma de ocupação destes lotes o DNOCS realizou uma inscrição para a seleção de agricultores com família numerosa, este critério intencionava que a mão de obra fosse composta pela própria família assentada, já que a época não havia a percepção de criação de emprego e geração de renda tão em voga atualmente. (DNOCS/PDRH-PB, sem data).

#### 4.3 COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DOS IRRIGANTES DE SUMÉ (CAMIS): ORIGENS E EMANCIPAÇÃO

Através de informações obtidas por meio de relatos de antigos colonos assentados no PIS, eles passaram a operar junto com a Cooperativa Agrícola Mista de São Gonçalo (CAMISG), uma organização que agregava colonos do Perímetro Irrigado do Município de Sousa (Sertão da Paraíba). Esta associação dos colonos do Perímetro Irrigado de Sumé com a CAMISG foi de grande valia, já que estes não tinham o conhecimento necessário sobre os métodos e técnicas de produção (que utilizava a irrigação por inundação) e comercialização dos produtos, assim no início da década de 1970, os colonos do PIS passaram a operar e produzir em conjunto com a CAMISG.

Com o passar dos anos, a produção no PIS revelava-se cada vez mais promissora. Esta realidade contrastava com as dificuldades que os colonos assentados no Perímetro tinham em resolver os entraves existentes, como: comercialização da produção, aquisição de insumos, entre outros, já que boa parte destes problemas só tinham solução a partir de discussões e votações realizadas em assembleias da Cooperativa.

Porém existia a distância entre a sede da Cooperativa (localizada no Município de Souza-PB), e o pólo produtor (Município de Sumé-PB.) que era grande, ou seja, havia um descompasso entre as ações e tomadas de decisão da Cooperativa e os colonos do perímetro de Sumé, impondo barreiras inclusive de comunicação, além do que os irrigantes de Sumé se sentiam desprestigiados e com o sentimento de que não faziam parte do universo de associados da CAMISG. Foi neste cenário que no ano de 1975, os colonos do PIS, resolveram reunirem-se e articular a criação de sua própria organização.

Assim, no dia 15 de junho de 1975 no Centro Gerencial do Perímetro Irrigado de São Gonçalo, localizado no Município de Sousa-PB, os associados da CAMISG, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária para que, por força da aprovação do desmembramento dos Irrigantes de Sumé, que já havia sido aprovado em Assembleia realizada no dia 19 de Abril de 1975, fosse constituída a Cooperativa Agrícola Mista dos Irrigantes de Sumé Ltda., tendo a aprovação dos 26 (vinte e seis) colonos do Perímetro de Sumé presentes a reunião.

Nesta mesma Assembleia conforme determina a Lei nº 5.764 de 16 de Dezembro de 1971, foi estabelecido um capital mínimo de CR\$ 26.000,00 (vinte e seis mil cruzeiros), distribuídos em cotas de CR\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) rateados entre os 26 (vinte e seis) sócios fundadores; nesta data também foi eleita a diretoria da nova Cooperativa, além dos membros do conselho fiscal e suplentes, tendo sido ainda lido e aprovado pelos sócios da nova organização o Estatuto Social da Cooperativa que já havia sido previamente elaborado, desta maneira nascia a Cooperativa Agrícola dos Irrigantes de Sumé (CAMIS), com sede no Centro Gerencial do Perímetro Irrigado de Sumé localizado no Município do mesmo nome no Estado da Paraíba, cujo objetivo registrado em ata era:

[...] promover a defesa dos interesses de seus associados, através da ajuda mútua, dando-lhes condições para desenvolver as suas atividades concernentes a venda de sua produção, aquisição de gêneros e insumos, recebimento, classificação, armazenamento e transporte da produção, e mais quando for o caso, beneficiamento e/ou industrialização de acordo com os objetivos sociais.[...]  
(Livro de Atas nº1, p. 3).

Portanto, foi a partir da criação da CAMIS, que os colonos do PIS, passaram a reger por conta própria seus destinos, ou seja, tornaram-se independentes para traçarem os rumos de suas atividades e o controle dos frutos de seu trabalho.

#### 4.4 ELEMENTOS HISTÓRICOS DA CAMIS: ASCENSÃO, QUEDA E RECOMEÇO

O início da CAMIS como órgão independente foi bastante promissor. Na primeira reunião realizada após o desmembramento, a Diretoria em Assembleia e com a aprovação unânime dos sócios conforme consta dos registros (Livro de Atas nº 1, p. 4-5), passou a contar com o auxílio de pessoas que já possuíam alguma experiência em setores como: gerenciamento, comercialização, extensionismo e práticas rurais, assim como uma Assistência Social, sendo que estes auxiliares eram em sua maioria funcionários do próprio DNOCS, ou a este órgão conveniados. Foi desta maneira que durante os anos seguintes a Cooperativa interferiu de forma positiva na vida dos colonos. O PIS conseguia bater sucessivos recordes locais de produção de milho, tomate e banana entre outras culturas, a ponto de que, em época de colheita, chegava-se a retirar de 30 à 40 caminhões de produtos por dia dos lotes (estas informações foram obtidas de maneira informal em conversas com os antigos colonos e não puderam ser confirmadas pela via documental já que parte do acervo existente na CAMIS foi queimado inadvertidamente, logo foram feitas anotações no diário de campo do pesquisador), e ainda, segundo relatos, cada colono chegava a ter de 15 a 25 funcionários em caráter permanente, sendo que em época de colheita este número chegava a cerca de 180 (cento e oitenta) funcionários quando se contava com os temporários, da mesma forma a Cooperativa para dar conta de todas as atividades, passou também a ter a necessidade de contratar pessoal permanente.

Outro fato que se torna importante e digno de registro é que todas as decisões desde as mais simples como a aprovação de justificativa de falta a uma assembleia ou problemas de relacionamento entre cooperados, até as mais complexas como: conservação dos canais, armazenamento de insumos, cuidados com o trato do plantio, celebração dos contratos de produção, colheita, transporte e entrega dos produtos, contratação de funcionários, aquisição de imóveis, veículos e equipamentos agrícolas, implantação de um setor de consumo (armazém para a venda de produtos alimentícios a preço de custo), compra de medicamentos subsidiada, até questões inusitadas como proibição da lavagem de roupas, próximo ou mesmo dentro dos canais, decisões sobre a festa de confraternização realizada anualmente (tipo de atração, bebidas e comidas que seriam servidas, além de quem poderia participar), eram tomadas em assembleias, sempre por decisão da maioria, e registradas em ata.

Apesar de todos estes fatos e, em consequência da grande seca que assolou a região Nordeste como um todo e em especial a região do cariri paraibano, a partir do final

dos anos 1980 e início dos anos 1990, assim como a construção de outros açudes dentro da área de captação de águas do açude de Sumé (ex: Açude de São Paulo entre os Municípios de Ouro Velho e Prata) durante os anos de 1980, diante dos baixos níveis de acúmulo de água e visando garantir o abastecimento da população, as autoridades responsáveis pela manutenção e controle do uso da bacia hidráulica do açude de Sumé se viram obrigadas a fecharem as comportas do açude para os canais.

Este ato aconteceu primeiro, de forma intermitente, e depois com a persistência da seca, de maneira definitiva, asfixiando deste modo a única fonte de água da qual os colonos dispunham para manter as suas atividades, desta forma e sem terem mais a sua principal fonte de recursos, os irrigantes passaram a deixar de contribuir com a Cooperativa, e esta, sempre a partir de decisão dos associados em Assembleia passou a vender os bens para se manter, contudo, com a persistência da seca e como os recursos obtidos com estas vendas não eram suficientes para a manutenção da Cooperativa, este órgão terminou por ter suas atividades encerradas por decisão unânime em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 29 de Julho de 1991, com a presença de 14 (quatorze) associados (Livro de Atas nº 2, p, 52v-53), onde além do encerramento das atividades também foi decidido que o imóvel restante pertencente a Cooperativa seria vendido e os recursos obtidos nesta venda seriam direcionados ao pagamento dos direitos trabalhistas dos funcionários, e ainda que o saldo restante seria dividido em partes iguais entre os sócios.

Observou-se que o fechamento da CAMIS ocorreu pelo período seco prolongado, onde os produtores do PIS eram dependentes de uma única fonte de recurso hídrico, ou seja, o açude público de Sumé, que originalmente fora pensado e construído para dar solução aos transtornos ocasionados pelos longos períodos de estiagem, permitindo assim que a população atravessasse estes períodos de maneira mais amena. Outro ponto que deve ser levado em consideração consiste na utilização desordenada e sem critérios do uso das águas do açude, isto por conta do método de irrigação por inundação muito utilizado na época. Este método além do desperdício chegava a prejudicar o solo, já que o excedente da água utilizada nos plantios ao escorrer para o rio Sucuru levava consigo parte dos nutrientes naturais existentes, o que implicava na necessidade de a cada novo plantio uma quantidade maior de adubo se fizesse necessária. Um outro ponto era o fato da necessidade de que as comportas permanecessem abertas 24 (vinte e quatro) horas por dia, para que os produtores do Projeto CANAÃ, localizado após o perímetro irrigado e que não dispunham

de uma rede de canais também pudessem ser beneficiados com a água que não era utilizada no perímetro e que era despejada no rio.

Anos mais tarde, no dia 21 de Março de 1994, por iniciativa de alguns colonos, em reunião no escritório do Perímetro Irrigado de Sumé, órgão sob jurisdição do DNOCS, na presença de 14 (quatorze) colonos, foi decidido em uma reunião e por aclamação a reativação da CAMIS, a principal alegação para a reabertura da Cooperativa estava no consenso comum de que sozinhos os colonos não dispunham de condições financeiras de arcar com os custos para a aquisição de equipamento e insumos necessários para o reinício de suas atividades agrícolas, eles tinham em mente que por intermédio da Cooperativa (como já tinha ocorrido no passado) eles teriam mais facilidade para aquisição de todo o material necessário para voltarem a produzir, na mesma ocasião foi aberta a possibilidade da inclusão de novos sócios, tendo todos estes fatos registrados no Livro de Atas (nº 2 p. 56).

Alguns meses mais tarde e após diversas reuniões em foram discutidas as novas bases de funcionamento que levaram em conta principalmente o fato de que não teriam mais a oferta de água registrada no passado, esta decisão foi ratificada em nova Assembleia realizada no dia 26 de Setembro de 1994, com eleição do Conselho de Administração (Livro de Atas nº 2 p. 58v).

#### 4.5 A CAMIS NA VISÃO DOS COOPERADOS

Os resultados foram obtidos através de um questionário (que assim como as tabelas são de elaboração própria), e aplicados entre os dias 26 e 27 de Março de 2013. Este questionário além de um item genérico tem a finalidade de nos revelar a visão que os cooperados têm da CAMIS, sobre pontos como: conhecimento, compromisso percepção e o grau de satisfação. Assim, os resultados foram:

O perfil dos cooperados obtidos através da aplicação do questionário nos mostram que o número de sócios é predominantemente masculino (100%), e que o grau de instrução está concentrado na faixa do 1º Grau incompleto (50%), o que talvez se explique quando vemos que a faixa etária predominante se situa entre 41 à 50 e mais de 51 anos que juntos correspondem a 80% dos entrevistados, talvez devido ao fato de que a educação como mola de desenvolvimento e primordialmente como forma de inclusão social só veio

a ter sua importância em nossa sociedade de maneira mais contundente nos últimos 20 anos.

O item conhecimento nos revelou que a maioria dos sócios de hoje, apesar de terem a consciência de que com a cooperativa poderão obter melhores condições para produzirem, 80% deles não estavam entre aqueles que participaram da primeira fase da CAMIS, no entanto quando indagados sobre o estatuto apenas 70% disseram ter conhecimento e destes apenas dois foram capazes (ou quiseram) responder a esta indagação o que nos leva a crer que embora reconhecendo a existência do estatuto e a consciência de que é através da Cooperativa que poderão ter melhores condições para produzir não tem a noção dos seus deveres e obrigações que estão descritos no estatuto, e que regem a convivência na organização.

No item Compromisso buscou-se levantar se os associados tinham o hábito e quais os motivos para participar das reuniões. Diante das respostas obtidas avalia-se o comparecimento às assembleias como regular (60%), e embora boa parte dos associados (70%) procure estar sempre informado e/ou acompanhando o andamento das decisões tomadas no decorrer das reuniões a metade deles (50%) revelou que mesmo estando presente não participa das discussões, o que nos leva a analisar de que embora sendo sabedores da importância da Cooperativa preferem não se envolver (ou assumir a sua parcela de responsabilidade) na tomada das decisões mostrando apenas o interesse pelos resultados alcançados.

Quanto à percepção sobre a correção das decisões verificadas nas Assembleias, 80% dos associados consideraram que estas são justas, por serem tomadas em conjunto, com a aprovação da maioria e sempre em busca de melhorias para os sócios, sendo que 70% dos cooperados afirmaram que estas decisões interferiram ou interferem de maneira positiva nas suas atividades cotidianas, apesar deste fato a avaliação da atuação da diretoria foi considerada pela maioria como regular ou boa (50 e 20% respectivamente), da mesma maneira, 10% não consideram que as decisões sejam justas e 20% declararam que a organização não teve nenhuma interferência em suas atividades,

No que diz respeito à satisfação com os benefícios conseguidos através da cooperativa para o grupo familiar, pouco mais de cinquenta por cento dos Cooperados (60%), declararam já ter sido beneficiado de alguma forma e destes a grande maioria (90%), se disseram satisfeitos com eles, relatando como melhoria a execução de projetos para estes sócios visando a aquisição de equipamentos de irrigação e atuação na área de venda dos produtos, o que trouxe melhoria de vida para o agricultor e sua família.

Como parte final do questionário foi posto a disposição dos entrevistados uma área onde ele podia dar a sua opinião sobre pontos que porventura não tivessem sido contemplados, ficando eles livres para fazerem seus relatos, sem estarem presos a um questionamento, portanto, dos entrevistados 50% utilizaram este espaço e enquanto alguns reconhecem que a Cooperativa os ajudou a progredir, outros manifestaram o desejo de que haja mais reuniões em que os interesses sejam discutidos com mais presteza e que a cooperativa deveria ter mais iniciativa na solução dos problemas apresentados entre eles e principalmente a respeito da questão da água, estimulando o agricultor a produzir mais, proporcionando desta maneira a maior satisfação de todos os envolvidos e dando mais estímulo, havendo ainda entre eles quem pedisse que os diretores da Cooperativa atuem de forma mais justa e sem a preocupação de tirar vantagem da exploração dos outros.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou descrever de forma clara e precisa as bases em que surgiu a CAMIS, sua importância como meio de organização, integração e desenvolvimento social pelos quais passaram não somente os irrigantes do PIS, mas também o Município de Sumé - Paraíba. Os excelentes resultados obtidos, com a produção dos colonos registradas, sobretudo durante os anos de 1975 à 1987, trouxeram benefícios não somente para os produtores, mas também, e principalmente para os habitantes por conta das vagas de trabalho criadas no campo, assim como para o Município, em forma de impostos tendo sido este um fator preponderante para o seu crescimento.

Entretanto, o encerramento das atividades exercidas pelos colonos ocasionado pela dependência de uma única fonte de água, e conseqüentemente o término das atividades da CAMIS, puseram fim a toda uma era de desenvolvimento pela qual passaram os colonos, o PIS, a CAMIS e o Município de Sumé.

Hoje mesmo sem a oferta d'água de outros tempos e sem a perspectiva de reabertura dos canais que se encontram quase que em sua totalidade sem condições de uso (Fotos 01 e 02 do apêndice B), observamos que os altos níveis de produção registrados nos anos de "ouro" do perímetro podem ser reeditados, isto por que mesmo sem financiamento ou incentivo alguns colonos com seus próprios recursos conseguem excelentes níveis de produção (ver fotos 5 e 6), a partir da instalação de bombas elevatórias instaladas em poços artesianos e cacimbas cavadas no leito do rio Sucuru (Foto 03), e da implantação do sistema de irrigação por gotejamento já com a adição dos nutrientes necessários para a cultura (Foto 04).

Por conta dos fatos descritos, a reativação da CAMIS e a preocupação dos Cooperados com os destinos da Cooperativa, faz sentido quando levamos em conta que os sócios podem e querem produzir, no entanto, esbarram em questões como financiamento para a aquisição de máquinas, equipamentos e insumos, que poderiam ser adquiridos através de projetos junto aos órgãos governamentais, da mesma maneira juntos e produzindo teriam condições mais favoráveis para negociar a venda de seus produtos.

Assim, deve-se buscar a integração dos colonos através da CAMIS com a Gestão Pública Municipal e com a UFCG/CDSA *Campus* de Sumé. Esta união em nossa visão trará benefícios para a UFCG/CDSA que disporia de um campo de estudos permanente para os discentes das áreas de: Ciências Agrárias, Ciências Exatas e Tecnológicas e Ciências Humanas e Sociais, onde os alunos poderiam por em prática os conhecimentos obtidos em sala de aula gerando assim mais conhecimento, que podem ser úteis ao desenvolvimento da produção do PIS, a CAMIS e os sócios que neste caso teriam uma fonte permanente de apoio e respaldo para o aperfeiçoamento e expansão das suas atividades.

Da mesma maneira se fará necessário o apoio dos gestores do município que neste caso terão a incumbência de dar suporte administrativo nas diversas áreas de sua atuação principalmente nas áreas de Agricultura e Infraestrutura, além de contribuir politicamente no apoio a projetos originados dentro ou fora do âmbito da Cooperativa e que beneficiem diretamente a todos os associados, tendo como contra partida a geração de empregos e renda que estas ações, podem vir a proporcionar a sociedade sumeense e aos demais municípios circunvizinhos como já ocorreu no passado. Por fim, sugere-se a necessidade de novos estudos nesta área de grande importância social e humana.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Antônio Carlos Carneiro de. **Terceiro Setor**: história e gestão de organizações. São Paulo: Summus, 2006.

BRASIL. **Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. CAPÍTULO II Das Sociedades Cooperativas. Legislação Federal. Disponível em: <>. Acesso em: 20/03/13.

BRASIL. **Lei n. 9867, 10 de novembro de 1999**. dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, Legislação Federal. Disponível em [http://www.portaldeauditoria.com.br/tematica/conttercsetor\\_organizacoes.htm](http://www.portaldeauditoria.com.br/tematica/conttercsetor_organizacoes.htm). Acessado em 19/04/13.

COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DOS IRRIGANTES DE SUMÉ. Livro de Atas nº 1 e 2.

DECICINO, Ronaldo. **Terceiro Setor**: ONGs, fundações e outras entidades empregam 20 milhões de pessoas. UOL Educação Pesquisa Escolar. 2009. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/terceiro-setor-ongs-fundacoes-e-outras-entidades-empregam-20-milhoes-de-pessoas.htm>>. Acesso em: 20/01/13.

DELGADO, Maria Viviane Monteiro. **O Terceiro Setor no Brasil**: uma visão histórica. Revista Espaço Acadêmico nº 37, Ano IV, Jun., 2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/037/37cdelgado.htm>>. Acesso em: 17/02/13.

FREDERICO, Gláucia Fernanda. **Cooperativa educacional**: presença/ausência da informação sobre cooperativismo no processo educativo de seus alunos. UNIVERSIDADE ESTADUAL SANTA CRUZ – UESC. Ilhéus/2008. Disponível em: <<http://www.uesc.br>>. Acesso em: 02/03/13.

FREITAS, Rodrigues Chaves de. **Cooperativas no Brasil**: liberdade de associação e ausência de fiscalização. Revista JUS Navigandi, 2008. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/12659/cooperativas-no-brasil>>. Acesso em: 15/02/13.

LOPES, Nilza. **Terceiro Setor**: Organizações Cívicas Sem Fins Lucrativos. Disponível em: <<http://www.wooz.org.br/setor3monografia6.htm>>. Acesso em: 19/01/13.

MARTINS, Orleans Silva. **Gestão contábil-administrativa nas organizações do terceiro setor**. QUALIT@S Revista Eletrônica, V6, 2007. Disponível em:

<<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/viewFile/83/82>>. Acesso em: 20/01/13.

MATTOS, R. A. **Ciência, Metodologia e Trabalho Científico** (ou Tentando escapar dos horrores metodológicos). In MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. (Orgs.) Caminhos para análise das políticas de saúde, 2011. p.20-51. Disponível em:<[www.ims.uerj.br/ccaps](http://www.ims.uerj.br/ccaps)>. Acesso em: 22/03/13.

MIRANDA, Isabella Tamine Parra *et al.* **Os princípios do cooperativismo e as cooperativas de crédito no Brasil**. Maringa Management. Revista de Ciências Empresariais, v. 2, n.1, p. 7-19, jan. /jun. 2005. Disponível em:<<http://www.maringamangement.com.br>>. Acesso em: 12/03/13.

MURARO, Piero; LIMA, José Edmilson de Souza. **Terceiro setor, qualidade ética e riqueza das organizações**. Revista da FAE, v.6, n.1, p.79-88, Paraná Jan./Abr, 2003. Disponível em: <<http://www.fae.edu/artigo>>. Acesso em: 03/01/13.

MORAES, Alcemir da Silva. **Direito e justiça: da pré-história à contemporaneidade**. [S.l.:s.n.], Disponível em: <<http://artigos.netsaber.com.br>>. Acesso em: 15/03/13.

OLIVEIRA, Rodrigo Nunes. **Análise da gestão de organizações sem fins lucrativos, estudo de caso**. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Administração. Faculdade de Economia. PUC/SP, São Paulo, 2003. Disponível em:<<http://www.maternatura.org.br/servicos/biblioteca/An%C3%A1lise%20da%20Gest%C3%A3o%20de%20ONGs,%20Estudo%20de%20Caso.pdf>>. Acesso em: 02/01/13.

OLIVEIRA, Sidney Benedito de. **Ação Social e Terceiro Setor no Brasil**. Mestrado em Economia Política PUC/SP. Instituto Fonte, São Paulo, 2005. Disponível em: <[http://institutofonte.org.br/sites/default/files/Oliveira%20SB\\_Acao%20Social%20e%20Terceiro%20Setor%20no%20Brasil.pdf](http://institutofonte.org.br/sites/default/files/Oliveira%20SB_Acao%20Social%20e%20Terceiro%20Setor%20no%20Brasil.pdf)>. Acesso em: 30/12/12.

PASSOS, Márcio Santos. **O papel da educação cooperativista no fortalecimento das cooperativas**. UESC , Ilhéus – BA/2008. Disponível em:<[http://www.uesc.br/cursos/pos\\_graduacao/especializacao/eco\\_cooperativas/monografias/mono\\_marcio\\_passos.pdf](http://www.uesc.br/cursos/pos_graduacao/especializacao/eco_cooperativas/monografias/mono_marcio_passos.pdf)>. Acesso em: 10/02/13.

PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. **Maiores Bancos do Brasil**. A Concentração do Mercado financeiro, [S.l.:s.n.], Disponível em: <[www.cooperativismodecredito.com.br/MaioresBancosdoBrasil.html](http://www.cooperativismodecredito.com.br/MaioresBancosdoBrasil.html)>. Acesso em: 15/01/13.

RATZMANN, Viviane; SILVA, Leonardo Xavier da. **Descrição e interpretações das transformações e do desempenho das cooperativas de crédito no Brasil**. In VII Encuentro de Investigadores LatinoamericanoS de la Alianza Cooperativa Internacional, Santiago de Chile, Nov/2012. Disponível em:< <http://aci2012.cl/wp-content/uploads/2012/01/DESCRIPCION-E-INTERPRETACION-DE-LAS-TRANSFORMACIONES-E-DESEMPEÑO-DE-LAS-COOPERATIVAS-DE-CRÉDITO.pdf>>. Acesso em: 18/03/13.

SILVA, Carlos Eduardo Guerra. **Gestão, legislação e fontes de recursos no terceiro setor brasileiro**: uma perspectiva histórica. Revista de Administração Pública. FGV, EBAPE. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n6/a03v44n6.pdf>>. Acesso em 20/01/13.

SOUZA, Alzira Silva de, **Cooperativismo**: uma alternativa econômica. CECRERJ. Rio de Janeiro, 1990. Disponível em:<[http://www.sicoobcecremef.com.br/wpcontent/uploads/2012/06/cooperativismo\\_uma\\_alternativa\\_economica.pdf](http://www.sicoobcecremef.com.br/wpcontent/uploads/2012/06/cooperativismo_uma_alternativa_economica.pdf)>. Acesso em: 17/02/13.

SOUZA, Alzira Silva de. **Cooperativismo de Crédito**: realidades e perspectivas, OCERJ – Organização das Cooperativas do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em:<[www.sicoobcecremef.com.br](http://www.sicoobcecremef.com.br)>. Acesso em: 12/03/13.

SUASSUNA, João. **Semi-árido**: Proposta de convivência com a seca. Fundação Joaquim Nabuco, Recife, Fev/2002. Disponível em:<[www.fundaj.gov.br](http://www.fundaj.gov.br)>. Acesso em: 22/03/13.

## APÊNDICE A

### ROTEIRO DA ENTREVISTA

Prezado (a) sócio (a) da Cooperativa Agrícola Mista dos Irrigantes de Sumé.

O presente instrumento de pesquisa constitui um dos elementos do trabalho de conclusão do Curso Superior de Tecnólogo em Gestão Pública CDSA/UFCG, como exigência para obtenção do certificado de conclusão, que deverá subsidiar a etapa referente à pesquisa de campo. O objetivo desta pesquisa é avaliar o grau de conhecimento, compromisso, envolvimento, percepção das decisões tomadas e satisfação do associado sobre a CAMIS. Solicitamos sua colaboração no sentido de responder essa entrevista com precisão e possível prontidão ao roteiro aqui elaborado. Cabe destacar o sigilo relativo aos participantes. Neste estudo não há respostas certas ou erradas, bem como não haverá individualização de respostas. Esteja certo de que a sua participação é muito importante para o êxito dessa pesquisa. Cientes de sua valiosa contribuição, agradecemos antecipadamente.

Humberto Carneiro Monte, orientando.

E-mail: hcm1561@yahoo.com.br

Msc. Luiz Antônio Coelho da Silva, Prof. Orientador

Prof. Assistente CDSA/UFCG

E-mail: luidd@yahoo.com.br

### ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. Gênero

Masculino  Feminino

2. Faixa etária

18 a 21 anos  22 a 30 anos  31 a 40 anos  41 a 50 anos  acima de 51 anos

3. Grau de Instrução?

1º Grau Incompleto  1º Grau completo

- 2º Grau Incompleto    2º Grau Completo  
 Superior Incompleto    Superior Completo

### **Conhecimento**

4. Há quanto tempo aproximadamente o(a) senhor(a) é sócio da CAMIS?  
 menos de 03 anos    4 a 10 anos    11 a 20 anos    21 a 30 anos    acima de 30 anos

5. Conhece os estatutos da Cooperativa CAMIS?  
 Sim    Não

Se sim pode citar pelo menos dois dos itens deste estatuto?

---

---

---

---

### **Compromisso**

6. Sempre comparece as assembleias da Cooperativa CAMIS?  
 Sim    Não    As vezes

Por quê?

---

---

---

---

7. Participa de maneira ativa das discussões da CAMIS dando a sua opinião?  
 Sim    Não

8. Procura sempre estar informado e/ou acompanhando se as decisões tomadas em assembleias estão sendo cumpridas ou tendo andamento na cooperativa CAMIS?  
 Sim    Não

### **Percepção**

9. Considera que as decisões tomadas em assembleias da CAMIS são justas?  
 Sim    Não

Por quê?

---

---

---

---

10. Considera que a Cooperativa CAMIS interferiu ou interfere de maneira positiva para a execução de suas atividades cotidianas?

Sim  Não

11. Qual a sua avaliação sobre a atuação da diretoria da Cooperativa CAMIS?

Ruim  Regular  Boa  Ótima

Por quê?

---

---

---

---

### Satisfação

12. A Cooperativa CAMIS já trouxe algum benefício para você ou sua família?

Sim  Não

Qual(is)?

---

---

---

---

13. Como se considera com relação aos benefícios que a Cooperativa CAMIS lhe proporcionou?

Insatisfeito  Satisfeito  Muito Satisfeito

14. Se desejar fazer algum comentário que não esteja contemplado neste questionário utilize este espaço.

---

---

---

---

---

---

---

---

Muito obrigado pela sua colaboração!

## APÊNDICE B

**FOTO 01: Trecho do canal de irrigação semi aterrado**



Fonte: Tirada pelo pesquisador (2013).

**FOTO 02: Outro trecho onde o canal já não existe**



Fonte: Tirada pelo pesquisador (2013).

**FOTO 03: Captação de água para irrigação em cacimba escavada no leito do rio Sucuru**



Fonte: Tirada pelo pesquisador (2013).

**FOTO 04: Mecanismo para adição de adubo**



Fonte: Tirada pelo pesquisador (2013).

**FOTO 05: Plantio de tomate em fase de floração no PIS**



Fonte: Tirada pelo pesquisador (2013).

**FOTO 06: Plantio de tomate em fase de floração no PIS**



Fonte: Tirada pelo pesquisador (2013).